

MISSÃO DA IGREJA E PLURALISMO RELIGIOSO: do monólogo ao diálogo

* Doutorando PUC-Rio.

Carlos Antonio da Silva *

Resumo:

O contexto religioso apresenta-se como um grande desafio para a missão da Igreja. Ao longo da história a Igreja apresentou diversos modelos de missão e alguns deles estão hoje superados. O diálogo com as demais religiões é uma chance de a Igreja realizar a sua missão, além de anunciar uma Boa Nova, é contribuir para a convivência da humanidade num clima de paz e acolher a riqueza de dons dos diversos grupos e tradições religiosas.

Palavras-Chave:

Missão; Diálogo; Igreja; Missão; Atividade Missionária; Diálogo Interreligioso;

Abstract:

The today's religious context is a great challenge to the Church mission. Throughout the history we had many and different mission frames and some are overcome. Dialogue with the other religions is a real chance to the Church carry out its mission in order to announce a Good New and also contribute to the human pacific conviviality and welcome the religious gifts of the various religious groups and traditions.

Key Words:

Mission: dialogue; Church: Mission; Mission Activities; Interreligious Dialogue.

INTRODUÇÃO

O contexto religioso hodierno requer uma profunda revisão da teologia da missão cristã dentro de uma eclesiologia mais em sintonia com os novos desafios postos ao cristianismo. O fato da coexistência do cristianismo com as outras religiões é uma oportunidade para que seja ultrapassado um eclesiocentrismo estreito que pretenda agrupar toda a humanidade dentro das Igrejas cristãs. Não é possível identificar as Igrejas das quais os homens falam com a Igreja que Deus quer.¹ O criador dá a todos a mesma vocação fundamental: responder à sua provocação de fazer da história humana uma história de salvação. Se confessarmos que Cristo é o Verbo que ilumina todo ser humano, não poderemos nos contentar com uma concepção estreitamente cronológica da história da salvação. É preciso considerar também a ação do Espírito do Ressuscitado que perpassa os tempos, as longitudes e latitudes realizando a missão de levar a única salvação de Cristo a todos. Há uma história do Espírito que conduz o acontecimento Jesus Cristo para além das fronteiras históricas do cristianismo e para além do quadro das outras religiões do mundo. Por isso, é necessário insistir numa concepção mais ontológica que historicista da história da salvação.

O que propomos aqui é coerente com a eclesiologia do Vaticano II. A pertença visível à Igreja de Cristo pela confissão da mesma fé e pela comunhão eucarística pode ser o sacramento de pertença invisível a Cristo, que vai além das fronteiras da Igreja, e que pode coincidir com a pertença às grandes religiões não-cristãs e mesmo fazer referência às experiências não religiosas.²

De fato, a partir do que afirma o capítulo II da Constituição *Lumen Gentium* do Vaticano II sobre o Povo de Deus, pode-se notar a substituição de uma eclesiologia piramidal por uma eclesiologia circular, comunitária, fundada na condição de cada batizado. No entanto, em nosso entender, mesmo a eclesiologia do Povo de Deus não evita o risco de certo exclusivismo e de certo triunfalismo. Também a Encíclica *Redemptoris Missio* de João Paulo II não consegue discernir adequadamente uma certa tensão entre Povo de Deus, imediatamente identificado com os membros da Igreja católica e os *outros povos da terra*. A Igreja, como realidade histórica, não tem o monopólio dos sinais do Reino. A graça de Deus é oferecida a todos por caminhos só conhecidos por Deus. Dessa forma, Deus é maior do que os sinais históricos que manifestam sua presença. A pergunta que se faz é: como os outros povos da terra podem vir a ser Povo de Deus levando-se em conta o que eles têm de irredutível na sua cultura e religião? Nossa intenção é contribuir na construção da resposta a essa questão crucial em nossos dias.

¹ Cf. C. GEFFRÉ, *Como fazer teologia hoje: hermenêutica teológica*. São Paulo, Paulinas, 1989, p. 309. Também R. BROWN, *As Igrejas dos Apóstolos*. São Paulo, Paulinas, 1987, pp. 157-185; C. MESTERS, *Com Jesus na contramão*. São Paulo, Paulinas, 1995, pp. 8-11; P. NOGUEIRA, Pedro, a pedra e a autoridade fundante no cristianismo primitivo. Em *REVISTA DE INTERPRETAÇÃO BÍBLICA LATINO-AMERICANA*, 27, (1998), p. 75.

² Cf. C. GEFFRÉ, *Como fazer teologia hoje*, op. cit., p. 310.

1. A IGREJA COMO SACRAMENTO DA UNIDADE

A pluralidade das culturas e das religiões no contexto atual e a fragmentação como característica marcante da sociedade tornam cada vez mais difícil a consciência de que há algo que constitua a unidade da humanidade. O diálogo entre as religiões pode contribuir para a superação dessa dificuldade. Já o Vaticano II, ao chamar a Igreja *Sacramento da Salvação*, diz também que ela é *sacramento da unidade da família humana*³. Essa é uma afirmação importante. Uma vez que sacramento é mais forte que sinal, a Igreja não pode se conformar em apenas apontar para uma possível convivialidade entre as diferenças, mas em ser sacramento eficaz para tecer a unidade da família humana além das raças, das culturas e das religiões.

³ Cf. *Lumen Gentium*, n. 1.

Como se fará isso concretamente? E como a humanidade como um todo encarará essa nova autoconsciência da Igreja? Este é o maior desafio da época em que vivemos. Claude Geffré, teólogo dominicano francês, afirma

*Mais do que nunca a Igreja deve aparecer como o sacramento universal da salvação, adquirida em Jesus, acima da diversidade das raças, das culturas e das civilizações. Contra universalidade ainda abstrata, a Igreja deve dar provas dessa fraternidade concreta com todos os homens. Pode-se dizer que a Igreja se torna universal à medida que assume as causas universais da comunidade humana planetária e à medida que, hoje, luta pelos direitos do homem e se põe a serviço dos mais pobres.*⁴

⁴ G. GEFFRE, *Como fazer teologia hoje*, op. cit., p. 315.

Essa seria uma maneira concreta de enfrentar o perigo real de uma globalização que tende a sacrificar o valor das particularidades legítimas e aniquilar os pobres da terra. A Igreja de Cristo tem que ser testemunha da esperança dos pobres. À medida que concretize a convivialidade nas diferenças, a Igreja cristã terá credibilidade para apontar caminhos de saídas plausíveis à avalanche massificadora da globalização.

Uma questão relevante ainda permanece: essa autoconsciência da Igreja pode não ser, necessariamente, compartilhada pelas outras tradições religiosas. Isso não comprometeria o diálogo? Cremos que não, na medida em que essa autocompreensão da Igreja não significa que ela pretenda ser o único agente na construção da humanidade reconciliada. À sua ação se devem acrescentar a confiança nas outras mediações que corroboram para a possibilidade da vida humana em sociedade, como as outras experiências religiosas, a ordem jurídica, as estruturas políticas e culturais. Esse face à face com a sociedade forçará a Igreja a uma profunda conversão em seu próprio interior. Então ela descobrirá que seu diálogo com a sociedade e as

culturas do nosso tempo não pode se dar por meio de poder e ostentação, mas unicamente através do testemunho e da convivência com que ela viva o que acredita.⁵

⁵ Idem, p. 187.

Isso só será possível quando a Igreja tomar consciência de que a situação de cristandade está totalmente superada. No contexto em que estamos, onde a Igreja é muitas vezes marginalizada por setores relevantes da sociedade, ela não pode jamais renunciar à sua vocação de testemunho. É o testemunho de quem não pretende mais se impor como o pensamento único, nem como o modelo de sociedade perfeita, nem mesmo como um modelo de sociedade alternativa. A Igreja não deve pretender ser uma espécie de terceiro termo, *mas a eficacidade de uma utopia para uma sociedade una e diversa*. Sendo fiel à sua própria vocação, essa Igreja deve ser capaz de reconhecer em si mesma o que se poderia chamar de uma diversidade reconciliada. Essa é, primeiramente, a tarefa irrenunciável do ecumenismo, com a esperança de que um dia as Igrejas separadas possam refletir a única Igreja de Cristo, conservando suas particularidades e diferenças legítimas.

Essa maneira de conceber a missão da Igreja poderia se concretizar hoje em dois sentidos: através do testemunho do Evangelho e da sinalização à humanidade quanto às consequências desastrosas do desrespeito às particularidades legítimas. Testemunhar o Evangelho na época atual implica apresentar o perigo de uma concepção unidimensional da humanidade como resultado do fenômeno contemporâneo da globalização, sob a égide do mercado, do lucro e da dominação midiática.⁶ Nesse contexto, a Igreja poderia aparecer como a guardiã das culturas naquilo que elas têm de próprio e de legítimo. Aqui aparece mais uma vez a vocação mundial do cristianismo, e a exigência irrenunciável da missão. Mesmo a fé cristã sendo profundamente marcada pela cultura ocidental, ao se encontrar com outras culturas, poderia também inculturar-se nelas e ser instrumento de salvaguarda e de assunção da particularidade dessas culturas, até serem reconhecidas no plano providencial de Deus. Em virtude do desígnio de Deus e da universalidade do mistério de Cristo, o Reino de Deus pode chegar, à sua maneira, nas outras tradições religiosas da humanidade.⁷

Numa época de pluralismo religioso como a nossa, o diálogo não é somente um preâmbulo para a missão, mas a missão já é um diálogo, como diz o Documento *Diálogo e Anúncio*.⁸ O outro deve ser respeitado como aquele que já pode ter respondido ao apelo de Deus e que, por isso, pertence a seu Reino.

O cristianismo tem ainda uma missão relevante no mundo atual. Face à nova consciência da humanidade, face à consciência também dos riscos da globalização e mesmo do progresso

⁶ Ver sobre esse ponto as reflexões pertinentes de M. CHAUI, *Simulacro e Poder*. Uma análise da mídia. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006. Aqui essa autora trata de maneira magistral do embate entre a solidez do pensamento e a debilidade da imagem, numa época em que o poder dos meios de comunicação é avassalador. Eles não visam apenas nos inculcar valores, mas dizer-nos o que devemos pensar, sentir, falar e fazer. Esse poder se realiza pela intimidação que desqualifica o que se lhe opõe.

⁷ Cf. C. GEFFRÉ, *De Babel à Pentecôte*. Paris, Cerf, 2006, p. 291.

⁸ Cf. JOÃO PAULO II, *Diálogo e anúncio*. São Paulo, Paulinas, 1994, n. 38.

de ordem técnica e científica, as grandes famílias religiosas da humanidade têm uma responsabilidade histórica para com a sobrevivência da espécie humana. Cabe às religiões apontar aos homens aquilo que concerne à sua vida, não só no tempo presente, mas também a médio e a longo prazo. A Igreja de Cristo, ao lado das outras grandes tradições religiosas, tem autoridade moral para estabelecer com a sociedade um diálogo de interpeleção recíproca que beneficiaria a todos. Esse diálogo aberto e destemido poderia suscitar uma nova maneira do ser humano se relacionar com as coisas criadas, com os outros seres humanos e com o cosmo, afastado do horizonte da humanidade a ameaça do caos completo que se vislumbra, caso não se mude a rota por onde segue o progresso técnico-científico orientado pela lógica do lucro, do consumo e da depredação da natureza.

O Evangelho tem sempre o que dizer a todos os homens, de todas as épocas da história e de todas as culturas. E esse anúncio não está acorrentado às estruturas eclesiais, por mais necessárias que sejam. Basta lançar o olhar para além das fronteiras das Igrejas para se perceber o surgimento de movimentos espontâneos de solidariedade que não fazem referência imediatamente a nenhuma religião, mas que conseguem fazer com que várias pessoas dêem sentido às suas vidas e comprometam-se em fazer o bem e em afastar-se do mal, para que a causa da humanidade não seja uma causa perdida. Isso confirma o que já se disse acerca da necessidade da fé permanecer num perpétuo diálogo com as dimensões mais críticas do questionamento humano em cada momento da história.

Quando a missão da Igreja não fica concentrada na conversão do *outro* a qualquer preço, como se sua salvação dependesse de sua mudança de religião, ela revela todo seu sentido como epifania do amor de Deus, como o Evangelho vivido no cotidiano, como o testemunho do Reino de Deus presente onde os valores evangélicos são honrados. Assim, a missão permanente da Igreja não deve visar à expansão quantitativa dos seus membros, mas, em diálogo com as sociedades, as culturas e as religiões, manifestar e promover o Reino, já presente desde a criação do mundo e que continua a se concretizar na história, na e além das fronteiras da Igreja terrestre.⁹

⁹ Idem, p. 294.

2. A MISSÃO DA IGREJA NO CONTEXTO DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

A missão da Igreja é evangelizar. Falar de evangelização significa falar da chegada do Evangelho a todo ser humano e do respeito por sua identidade cultural e religiosa. Está implícita

na catolicidade da Igreja a capacidade de assumir os valores culturais e religiosos dos povos com os quais se encontra. A questão teológica subjacente é: a evangelização pode respeitar as culturas? Afirmamos que sim. A Palavra do Evangelho deve ser confiada aos outros, ela precisa criar raízes nas diferentes culturas, nas tradições e costumes que não conhecemos. Somente assim o Evangelho poderá, verdadeiramente, fecundar uma cultura diferente. Somente se a Boa nova de Jesus se tornar uma Palavra significativa naquilo que tal cultura tenha de singular, a ponto de poder se exprimir de uma maneira nova, o encontro Evangelho e cultura terá se dado. Não se trata de anunciar um cristianismo diferente, mas de favorecer o surgimento de figuras históricas diferentes do cristianismo. Teríamos, então, expressões históricas diferentes da mesma fé cristã acolhida, vivida e expressa nas diferentes culturas humanas.¹⁰

Essa consideração é importante para a compreensão de que a existência cristã não se define *a priori*. Ela existe em toda parte onde o Espírito de Cristo faz surgir uma nova criatura. Nesse sentido, não haveria um *específico* cristão, mas somente um *gênero* cristão dificilmente capaz de ser discernido. Há uma maneira cristã de ser humano. E essa maneira é irredutível ao enunciado explícito da fé. O poder imprevisível do Evangelho parece ser maior do que um conjunto de ritos e representações simbólicas. A ação do Espírito é irresistível e incontrolável. O Espírito Santo oferece a luz e a força para que as pessoas possam responder a sua vocação suprema.¹¹ Há elementos da Verdade que é Cristo presente nas outras religiões¹² que devem ser *sanados, elevados e aperfeiçoados*.¹³ É o Espírito que chama todos os homens a Cristo¹⁴ e os move a buscar o sentido último da vida.¹⁵ As ações que os seres humanos empreendem em favor da paz, da justiça, da defesa da vida são impulsionadas pelo Espírito. A fé da Igreja é que o Espírito de Cristo age em todo o universo, dirige a história e renova a face da terra.¹⁶ Também o magistério de João Paulo II enfatizou essa ação universal do Espírito Santo,¹⁷ mesmo antes da chegada do Evangelho na história.¹⁸ Então, para usar uma linguagem paulina, os *frutos do Espírito* estariam presentes nas outras tradições religiosas, especialmente pela vida virtuosa dos seus membros e pela seriedade de suas experiências na busca de Deus.

A missão da Igreja não perdeu nada de sua vitalidade, mesmo se as práticas missionárias venham mudando. A já citada Encíclica *Redemptoris Missio*, lançada em janeiro de 1991, é um bom exemplo de evolução no vocabulário eclesial sobre missão. O Papa, nesse documento, não ignora nada sobre a nova realidade que se desdobra diante da tarefa missionária da Igreja. Ainda há muitos que desconhecem Jesus Cristo.¹⁹ Ao mesmo

¹⁰ Cf. C. GEFFRÉ, *Perspectivas de uma teologia em face da China atual — Evangelização e cultura*. Em *CONCILIUM* 146 (1979), p. 89.

¹¹ Cf. *Gaudium et Spes*, n. 10.

¹² Cf. *Lumen Gentium*, n. 16.

¹³ *Idem*, 17.

¹⁴ Cf. *Ad Gentes*, n. 15.

¹⁵ Cf. *Gaudium et Spes*, n. 41.

¹⁶ *Idem*, n. 26.

¹⁷ Cf. *Redemptor Hominis*, n. 6.

¹⁸ Cf. *Dei Verbum*, n. 53.

¹⁹ Cf. *Redemptoris Missio*, n. 3.

tempo, percebia certo *relaxamento* do zelo missionário na Igreja, embora discordasse de que isso se devesse às aberturas proporcionadas pelo Vaticano II, como advogavam alguns. Esse documento pontifício insiste em sublinhar com força a urgência da missão como fundamento da Igreja. Conquistas irrenunciáveis do Concílio, como a liberdade religiosa e o diálogo respeitoso com as outras religiões não deveriam servir de desestímulo para a missão. O Papa insiste que o anúncio de Jesus Cristo não viola em nada a liberdade do homem, posto que a fé exige uma adesão livre.²⁰

²⁰ Idem, n. 8.

Reafirma-se assim que a salvação é oferecida a todos os homens e não somente aos que crêem em Cristo e estão na Igreja. Isso não a dispensa de continuar a anunciá-lo como o único Mediador e a apresentar-se como *sacramento da salvação*, ressaltando que há uma *relação misteriosa* entre todos os que buscam a Deus e a Igreja, corpo de Cristo.²¹ A teologia da missão aparece, portanto, estreitamente ligada à teologia da salvação.

²¹ Idem, n. 10.

3. O DIÁLOGO COMO UMA CHANCE REAL PARA O FUTURO DAS RELIGIÕES

As religiões não podem se contentar em dialogar entre si. É preciso que se abram também ao diálogo para fora. O empenho das religiões para a construção de um mundo melhor não pode prescindir da colaboração dos esforços de outros atores sociais. Em nosso mundo globalizado, as religiões são chamadas a dar provas de que podem ser fiéis ao melhor delas mesmas e ao seu gênio próprio, reinterpretando seus textos ou mitos fundadores, suas tradições doutrinárias, jurídicas e rituais à luz de certo número de apelos que são objeto do consenso da consciência humana universal.

Há também a necessidade das religiões escutarem o testemunho da consciência secular. Isso não implica necessariamente em renunciar a seus estatutos próprios até se confundirem com os valores propostos pela ética leiga. Será importante para o futuro da civilização esta interpelação recíproca entre os princípios éticos das religiões e os princípios das éticas seculares. Afinal, tanto a ética religiosa quanto a ética secular concordam ao menos no seguinte: o ser humano tem um valor sagrado, e violar os direitos fundamentais do ser humano é atentar contra os direitos de Deus. Num mundo em que se corre o risco de sacrificar tudo em vista do econômico, recolocar a questão da centralidade do ser humano de forma equilibrada é mais que necessário. Disso não dará conta somente uma ética dos direitos humanos. Faz-se necessário também que se apele às leis es-

critas na consciência humana. Estas não se resumem a uma mera ética distributiva, mas também implicam uma ética da subordinação dos interesses de poucos às necessidades de muitos, especialmente dos mais pobres. Aí tem lugar tanto o respeito ao estrangeiro da tradição do Antigo Testamento, quando a misericórdia do sermão da montanha, ou a lei muçulmana da hospitalidade, ou a compaixão budista, ou a espiritualidade do Gita hindu com sua dimensão da experiência cósmica da presença de Deus,²² ou a busca do equilíbrio entre o ser humano e o conjunto da criação como garantia da conservação da vida presente nas religiões afro-brasileiras.²³

A laicidade pode ser considerada como um fator de tolerância entre as religiões. É possível a aceitação positiva de uma laicidade que não se caracterize somente por sua postura anti-religiosa, mas que se considere como fiadora de uma convivialidade entre as diferenças. Essa nova maneira de entender a laicidade poderia garantir a liberdade religiosa e fortalecer as convicções democráticas contra certas formas de fanatismo religioso. Os Estados nacionais não mais precisariam afirmar uma laicidade militante. Ao mesmo tempo, as autoridades religiosas precisariam cessar de exercer uma hegemonia direta ou indireta sobre a sociedade civil.²⁴

Ao Estado cabe garantir os direitos fundamentais de todos os cidadãos, sejam eles cristãos, muçulmanos, judeus, budistas, adeptos de qualquer outra religião ou mesmo sem religião alguma. Num Estado laico assim compreendido não há espaço para a intolerância religiosa. Uma laicidade nesses termos teria condições de garantir a paz entre as diversas comunidades religiosas.

O diálogo inter-religioso haure seu sentido na troca de palavras, na escuta mútua atenta e respeitosa em pé de igualdade entre todos os membros de cada tradição religiosa, na oração em comum como expressão da busca da mesma Realidade última e no compromisso assumido em defesa da vida, da justiça e da paz mundial. As chances reais de um diálogo assim só serão possíveis a partir de um conhecimento dos outros nas suas diferenças, de uma melhor compreensão da própria tradição e da abertura à emulação recíproca em vista da missão comum que une as diversas religiões.

Sabemos que experiências de oração em comum não se dão sem certas dificuldades concretas. Um estudo feito na França há alguns anos já apontava algumas questões delicadas que poderiam estar implicadas no ato de cristãos e muçulmanos, por exemplo, rezarem juntos, cada um a partir de sua tradição como aqui defendemos ser possível. Afirma o texto:

Portanto, à margem destes atos fundantes das duas comunidades que são a oração ritual no islã e a celebração euca-

²² Cf. S. PAINADATH, *The Integrated Spirituality of the Bhagavad Gita — An insight for Christians: A Contribution to the Hindu-Christian Dialogue*. Em *JOURNAL OF ECUMENICAL STUDIES*, 39, (2002), pp. 305-323.

²³ Cf. C. A. SILVA, *Tudo o que vive merece viver — a contribuição da experiência religiosa para a conservação da vida*. Em *REPENSAR*, 3, 2007, 2, pp. 29-41.

²⁴ Cf. C. GEFFRÉ, *O futuro da religião entre fundamentalismo e modernidade*. In L. C. SUSIN (Ed.), *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo, Paulinas, 2006, p. 333.

rística no cristianismo, existe todo um campo de busca de Deus sob outras formas. Seria possível que cristãos e muçulmanos possam encontrar-se e estimular-se reciprocamente na busca da face de Deus, quaisquer que sejam os a favor e os contra de ambas as partes? Que peso dar aos argumentos apresentados. Os diversos casos de hospitalidade espiritual não podem ser levados aqui em conta como uma espécie de caminhada comum. Trata-se, em todos os casos, um espaço onde por uma razão ou outra, o muçulmano assiste como expectador respeitoso a uma cerimônia cristã ou ainda o cristão se obriga a honrar desde sua presença silenciosa a oração ritual muçulmana. Para alguns, o silêncio é a melhor maneira de oração em comum entre os muçulmanos e cristãos. Ela é certamente a que é possível em todos os contextos e até mesmo em situações de conflito onde toda palavra é enganosa e corre o risco de ser mal recebida. Portanto, normalmente, uma oração comum deveria ser vivida e expressar-se por palavras que possam ser compreendidas, assumidas, repetidas e partilhada por todos.²⁵

²⁵ Cf. STAMER, J. Prier avec les musulmans? Em *SE COMPRENDRE*, 99, (1999), 9, p. 7; 9. Disponível em http://www.les-sri.com/99_09.htm, acessado em 14/08/2008. Tradução do Editor.

A riqueza multiforme das religiões pode contribuir para dar um rosto mais humano à história. Embora cresça muito o relativismo e o indiferentismo religioso nas sociedades contemporâneas, as pessoas de hoje não são completamente insensíveis a uma abertura à Transcendência. O que parece faltar por parte das religiões é um esforço sincero de coerência entre o que pregam seus princípios e como os seus membros vivem. Nosso tempo não tolera tais incongruências. Embora essas ambigüidades sejam inerentes às religiões enquanto experiências humanas, elas não devem ser vistas com uma complacência que impeça um esforço cotidiano em superá-las. Se a verdade religiosa é, sobretudo, da ordem do testemunho, aprimorar o testemunho da verdade que cada tradição religiosa se sente portadora é condição fundamental para a plausibilidade das religiões no tempo atual.

O justo reconhecimento exigido pelas outras religiões será oportuno para que o cristianismo revigore uma de suas características mais fundamentais: a opção pelos pobres. Já que a opção pelos pobres faz parte da fé cristológica, como lembrou recentemente Bento XVI,²⁶ a realidade deles precisa ser considerada no diálogo entre as diversas religiões. De fato, os pobres são maioria nas religiões. Portanto, a causa dos pobres não pode estar alheia a nenhuma religião e a nenhuma reflexão teológica sobre as religiões. Não resta dúvida de que a teologia acadêmica será grandemente enriquecida na medida em que souber escutar, respeitar e ser fiel às experiências religiosas dos pobres.

²⁶ Cf. *Documento de Aparecida*, n. 392.

Os corações dos pobres se encontram na contemplação do sagrado, hospedando as diferenças sem medo, intuindo que as muitas fontes levam ao único rio.²⁷

As religiões são paisagens de muitos caminhos. Dialoga bem quem facilita o caminho até o pobre, que é lugar da epifania de Deus.²⁸ A pobreza na concretude dos pobres clama por nossa solidariedade, já que sempre conta com a solidariedade de Deus. Solidariedade que se concretiza no engajamento efetivo na luta pela justiça e pelo fim da exclusão imposta a milhões e milhões de crentes e não crentes; dos pobres da terra, os preferidos do Deus único, mas de vários nomes.

CONCLUSÃO

Não se vislumbra outra saída para o cristianismo em um contexto de pluralismo religioso aparentemente insuperável se não abrir-se ao diálogo. No cenário do mundo atual não há mais espaço para o monólogo. Uma voz que ainda queira ser a única voz se perderá no vento porque já não encontrará que lhe queira ouvir. O cristianismo precisa se integrar no concerto polifônico das religiões do mundo e aceitar sem temores ressoar em harmonia com as outras. Nisso não deve ver nenhum desmerecimento. No entanto, isso somente será possível na medida em que tenha diante de si sua própria partitura, sua própria identidade, aquilo que lhe é constitutivo e irredutível a qualquer outro. Numa sinfonia, um dos instrumentos calar-se em algum momento, deixar o outro tocar, até que chegue o momento de tocarem juntos só enriquece a música.

Portanto, não há razão no temor de alguns círculos cristãos em relação ao pluralismo cultural e religioso em que nos encontramos. Pode-se perfeitamente reconhecê-lo como uma oportunidade oferecida por Deus para que sua única vontade salvadora seja, enfim, experimentada como sempre se revelou, isto é, através dos múltiplos caminhos percorridos pelas diversas tradições religiosas da humanidade.

²⁷ Como dizia Cipriano de Cartago apelando para a unidade no tempo em que o cristianismo era ameaçado pela divisão: *E ainda que jorrem muitos rios de uma única fonte, ainda que tudo se dissolva aparentemente numa espumante abundância, a unidade fica sempre conservada na origem.* Cf. L. MEULENBERG, *Cipriano — a única fonte e os muitos rios*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 67.

²⁸ Cf. *Lumen Gentium*, n. 8c.; Paulo Suess faz referência a um belo texto do então Cardeal Ratzinger apontando o que fundamenta a credibilidade do cristianismo: *A pobreza é a verdadeira aparição divina da verdade.* J. RATZINGER, *Die Vielfalt der Religionen und der Eine Bund*. citado por P. SUESS, *Da revelação às revelações*. Em *CONCILIUM* 319, 2007/1, p. 48.